



CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RESOLUÇÃO CSMP N. 1/2023, DE 27 DE JANEIRO DE 2023.

Aprova o Curso de Preparação para Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá providências correlatas.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, neste ato representado por seu Presidente, o Procurador-Geral de Justiça, tendo em vista deliberação efetivada na sua 246ª Sessão Extraordinária, realizada em 25 de janeiro de 2023.

CONSIDERANDO os artigos 34, VII e XVIII, e 85 da Lei Complementar n. 51/2008, que atribui ao Conselho Superior do Ministério Público, decisão sobre o vitaliciamento de membro do Ministério Público;

CONSIDERANDO a determinação contida no artigo 83, parágrafo único, da Lei Complementar n. 51/2008, que define a competência do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público CESA-ESMP, para ministrar o Curso de Preparação para o Ingresso na Carreira do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Curso de Preparação para o Ingresso na Carreira do Ministério Público, deve pautar-se, pedagogicamente, no funcionamento e estrutura da Instituição, na realidade prática da atuação ministerial, nos deveres funcionais e éticos, voltados à resolução dos conflitos e à satisfação das demandas da sociedade; e

CONSIDERANDO a necessidade de institucionalizar e regulamentar o Curso de Preparação para o Ingresso na Carreira do Ministério Público,

RESOLVE

Art. 1º Aprovar o Curso de Preparação para o Ingresso na Carreira do



CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ministério Público, com carga horária de 197 (cento e noventa e sete) horas, nos termos do Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução CSMP N. 001/2018.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 27 de janeiro de 2023.

LUCIANO CESAR CASAROTI
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do CSMP/TO



CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
ANEXO ÚNICO À RESOLUÇÃO CSMP N. 1/2023

**CURSO DE PREPARAÇÃO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO**

Apresentação

O Curso de Preparação para ingresso na Carreira no Ministério Público do Estado do Tocantins aborda a estrutura funcional, a realidade prática da atuação ministerial nos princípios institucionais de atuação, voltados à resolução dos conflitos e à satisfação das demandas da sociedade. O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público do Tocantins (CESAF - ESMP) é o órgão responsável pelo curso, organizado em momentos pedagógicos distribuídos em atividades teóricas, práticas e residência técnica. A carga horária mínima do curso é de 197 (cento e noventa e sete) horas, constando de: a) palestras; b) oficinas de capacitação; c) atuação em processos administrativos e judiciais sob acompanhamento tutorial; d) residência técnica através de visitas técnicas às entidades do sistema socioeducativo, prisional e instituições de acolhimento institucional em Palmas e/ou de cidades circunvizinhas da comarca da Capital; e, e) atividades integrantes.

Para fins de conceituação das formas de desenvolvimento metodológico das atividades do curso, compreende-se:

Palestras: atividade de apresentação oral formal, de comunicação sobre missão, valores, princípios deontológicos, estruturação e funcionamento do MPTO e suas unidades.

Oficinas de Capacitação: atividade pedagógica que tem como fim a realização de estudos e trabalhos para conhecimento ou aprofundamento de um tema, com foco na aplicação de conceitos, a partir de estudos de casos, experiências práticas, observações diretas, num movimento de reconstrução individual e coletiva de novas aprendizagens. Destina-se ainda a aprendizagem dos sistemas eletrônicos digitais do MPTO e Tribunal de Justiça, tecnologias e linguagens utilizados no âmbito do MPTO.

Residência Técnica: atividade que tem por finalidade proporcionar o



CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

intercâmbio de aprendizados e experiências para os profissionais recém-egressos na carreira do Ministério Público, através do conhecimento *in loco* do funcionamento de unidades de atendimento socioeducativo, das unidades prisionais e das instituições de acolhimento de crianças e adolescentes.

Atuação em Processos Administrativos e Judiciais: atividade realizada sob acompanhamento tutorial, com atuação prática nos plantões de fim de semana, feriados e finais de semana e atendimento ao público pelo Promotor de Justiça. Prevê ainda atuação prática em audiência de custódia, audiência de instrução e julgamento criminal, audiências na Vara da Infância e Juventude e sessões plenárias realizadas por membros do Núcleo do Tribunal do Júri do MPTO.

Atividades Integrantes: se caracterizam pela flexibilidade curricular e adequação às demandas locais, regionais e nacionais na sua contemporaneidade, podendo ser ofertadas, preferencialmente, na modalidade híbrida.

1 Marcos Legais

- Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins).
- Resolução n. 04/2020/CPJ (Regimento Interno do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - Escola Superior do Ministério Público).

2 Carga horária

- 197 (cento e noventa e sete) horas, desenvolvidas em no máximo 30 (trinta) dias.

3 Objetivos

- Proporcionar as bases iniciais do processo de formação continuada à carreira de Promotor de Justiça no Ministério Público do Estado do Tocantins;
- Desenvolver as habilidades práticas que permitam a conjugação eficaz e o domínio das teorias e técnicas necessárias ao exercício funcional do Ministério Público.



CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- Capacitar os Promotores de Justiça ingressantes nas dimensões normativas, informacionais, comunicacionais e gerenciais do Ministério Público do Estado do Tocantins, frente às demandas da realidade onde a Instituição está inserida;
- Incentivar a atuação dos Promotores de Justiça Substitutos junto ao Ministério Público do Estado do Tocantins, para além da promoção do atendimento às necessidades inerentes às comunidades e regiões de atuação, como também na proposição de ações em prol do desenvolvimento regional, transformação social e de construção da cidadania;
- Apresentar estratégias e dinâmicas para produção, gestão e divulgação das ações institucionais do Ministério Público.

4 Metodologia

O curso está organizado em aulas, palestras e eventos presenciais e, quando necessário, na modalidade a distância, mediados por tecnologias digitais disponíveis no CESA-ESMP. Também é constituído da estrutura curricular a residência técnica, isto é, visitas técnicas aos estabelecimentos de internação e ressocialização de adolescentes em situação de conflito com a Lei e do sistema prisional em Palmas e entorno; às instituições de acolhimento de crianças e adolescentes, oficinas de capacitação para utilização dos sistemas eletrônicos digitais do MPTO e Tribunal de Justiça; análise de peças processuais acompanhadas por Promotores de Justiça com experiência específica de atuação e oficinas de capacitação a partir de estudos de caso.

A distribuição da carga horária e conteúdos do curso estão subdivididos em 5 (cinco) etapas especificadas a seguir:

Etapas	Eixo de Conteúdos	CH
1ª	Palestras sobre missão, valores, princípios deontológicos, estruturação e funcionamento do MPTO	62
2ª	Oficinas de capacitação	56
3ª	Residência Técnica	20
4ª	Atuação em Processos Administrativos e Judiciais	47
5ª	Atividades Integrantes	12
	Total	197

5 Estrutura Curricular

	CH	Atividade
Aspectos Introdutórios da Gestão de Promotorias de Justiça	01	Palestra
Atuação em Tribunal de Júri	02	Palestra
Centro de Apoio Operacional do Consumidor, Cidadania, Direitos Humanos e Mulher – CAOCCID, Núcleo Maria da Penha e NAVIT	04	Palestra
Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público – CAOPP	04	Palestra
Centro de Apoio Operacional Criminal - CAOCRIM	04	Palestra
Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude e Educação - CAOPIJE	04	Palestra
Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente - CAOMA	04	Palestra
Centro de Apoio Operacional na Área da Saúde-CAOSAÚDE	04	Palestra
Comissão Permanente de Segurança Institucional – CPSI e Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional – NIS	02	Palestra
Corregedoria Geral do MPTO I	03	Palestra
Deontologia e Ministério Público do Estado do Tocantins	03	Palestra
Estrutura e Funcionamento do MPTO I	03	Palestra
Estrutura e Funcionamento do MPTO II	04	Palestra
Associação Tocantinense do Ministério Público - ATMP	01	Palestra
Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública - GAESP	01	Palestra
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO	01	Palestra
Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente (GAEMA)	01	Palestra
Lógica e Linguagem Jurídica	02	Palestra
Ministério Público e Imprensa	02	Palestra
Ministério Público do 2º Grau	01	Palestra
Negociação, Mediação e Conciliação e Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição - NUPIA	03	Palestra
Ouvidoria do Ministério Público	01	Palestra

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Sistemas de Tecnologia de Informação no MPTO	04	Palestra
Corregedoria Nacional do Ministério Público	03	Palestra
Atuação Prática do Ministério Público: Abordagem Introdutória	04	Oficina
Atuação Prática do Ministério Público em Processo Civil	02	Oficina
Atuação Prática do Ministério Público em Processo Penal	07	Oficina
Atuação Prática do Ministério Público na Proteção Integral da Infância e Juventude – Atos Infracionais	05	Oficina
Atuação Prática do Ministério Público na Saúde	03	Oficina
Atuação Prática na Tutela do Patrimônio Público	07	Oficina
Atuação Prática do Ministério Público na Tutela do Meio Ambiente	06	Oficina
Atuação Prática do Ministério Público no Processo de Crimes Dolosos contra a vida	07	Oficina
Atuação Prática em Procedimentos Extrajudiciais	06	Oficina
Corregedoria Geral do MPTO II	02	Oficina
Sistema de Processo Eletrônico (e-Proc e e-Ext)	07	Oficina
Cadeia Pública	04	Residência Técnica
Casa de Custódia e Prisão Provisória I	03	Residência Técnica
Casa de Custódia e Prisão Provisória II	01	Residência Técnica
Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) e Centro de Internação Provisória (CEIP)	04	Residência Técnica
Entidade de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes	02	Residência Técnica
Unidade Prisional Feminina e Unidade do Regime Semiaberto Feminino	03	Residência Técnica
Unidade do Regime Semiaberto Masculina (URSA)	03	Residência Técnica
Atuação em Processos Administrativos e Judiciais	40	Atuação
Atuação Prática em Audiências	07	Atuação

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público (CESAF-ESMP)	02	Atividades Integrantes
Fundo de Modernização e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Tocantins - FUMP	02	Atividades Integrantes
Grupo de atuação especial na defesa do patrimônio público e moralidade administrativa - GAEP	02	Atividades Integrantes
Grupo de Trabalho para Apoio ao exercício da função eleitoral – GT Eleitoral	02	Atividades Integrantes
Povos indígenas e comunidades tradicionais	02	Atividades Integrantes
Registros Públicos	02	Atividades Integrantes

EMENTÁRIO

ASPECTOS INTRODUTÓRIOS DA GESTÃO DE PROMOTORIAS DE JUSTIÇA	CH: 01
---	---------------

Ementa

Contextualização geográfica e social da comarca e promotoria. Primeiros passos para gestão da promotoria. Conhecimento de servidores e colaboradores. Conhecimento do espaço físico, estrutural e material da promotoria. Levantamento documental. Visitas e contatos com demais representantes locais e regionais do poder judiciário, conselhos, instituições de acolhimento de crianças e adolescentes e de acolhimento de idosos. Visita aos municípios que integram a comarca. Estudo de casos.

ATUAÇÃO EM TRIBUNAL DO JÚRI	CH: 02
------------------------------------	---------------

Ementa

A participação do Promotor de Justiça no Plenário do Tribunal do Júri. Atributos. Estratégias e lógicas discursivas da atuação do Promotor de Justiça. O papel do Promotor de Justiça no tribunal do júri contemporâneo: atributos. Equívocos discursivos no tribunal do júri: dos acertos e dos erros possíveis. O cenário do tribunal do júri e as gestualidades, impoação de voz, linguagem e oratória necessários ao promotor de justiça. Elementos basilares na constituição do Plenário do Júri (da saudação ao desfecho épico).

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO CONSUMIDOR, CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E MULHER – CAOCCID, NÚCLEO MARIA DA PENHA E NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE CRIMES E ATOS INFRACIONAIS VIOLENTOS – NAVIT	CH: 04
--	---------------

Ementa



CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Missão e objetivos. Atribuições gerais. Atribuições específicas nas áreas de Consumidor, Cidadania, Direitos Humanos, Mulher. Estrutura de apoio de membros e servidores. Principais atividades desenvolvidas. Parcerias. Emissão de pareceres e respostas às consultas para Órgãos de Execução das diversas Comarcas. Participação em Conselhos, Reuniões e Grupos de Trabalho. Diversidade sexual. Conceitos. Definições. Atuação do Ministério Público. Núcleo Maria da Penha e Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais Violentos – NAVIT.

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO – CAOPP	CH: 04
--	---------------

Ementa

Missão e objetivos. Atribuições gerais. Atribuições específicas nas áreas de Defesa do Patrimônio. Principais atividades desenvolvidas. Parcerias. Participação em Conselhos, Reuniões e Grupos de Trabalho.

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CRIMINAL - CAOCRIM	CH: 04
---	---------------

Ementa

Apresentação do CAOCRIM – histórico de criação. Demonstração dos objetivos específicos e explicação das ferramentas disponíveis auxiliar nas informações de investigação ou consulta. Explicação das medidas de boletins jurisprudenciais e possíveis avanços com outros órgãos auxiliares Apresentação dos núcleos ligados à atividade criminal – GAESP; MPNUJURI, NAVIT, NAESF.

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E EDUCAÇÃO - CAOPIJE	CH: 04
---	---------------

Ementa

Missão e objetivos. Atribuições. Organização. Eixos Estruturantes: políticas assistenciais, políticas sociais básicas e políticas sociais de proteção. Principais ações. Produção Técnica. Participação em Fóruns e grupos de trabalho locais, regionais e nacionais. Matéria infracional e protetiva: socioeducação e/ou política socioeducativa; prevenção à violação de direitos; política de atendimento de crianças e adolescentes; medidas de proteção; guarda, tutela e adoção; programa de entrega legal; programa de apadrinhamento; conselhos tutelares, de direito e fundos da criança e do adolescente; sistema único de assistência social (SUAS); saúde mental; convivência familiar e comunitária; violências contra crianças e adolescentes; sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; marco legal da primeira infância; demais matérias referentes aos direitos fundamentais de crianças e adolescentes. Educação: Planos de Educação; Gestão Educacional; Políticas públicas complementares: alimentação escolar, transporte escolar, livro didático, material; escolar, didático e pedagógico; acesso à Educação; permanência; resultados Educacionais; evasão escolar; gestão democrática: conselhos e colegiados de educação; valorização do Profissional da Educação; financiamento educacional; inclusão educacional; direito à Aprendizagem.



CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE URBANISMO, HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE - CAOMA	CH: 04
--	---------------

Ementa

Aspectos legais. Ato n. 046/2014. Atribuições. Organização e estrutura. Abrangência temática e modalidades de apoio técnico. Peças técnicas, modalidades. Metodologias. Laboratório de Geotecnologias-LABGEO, serviços e produtos. Projetos institucionais do Caoma. Cooperações e parcerias. Eixos temáticos de interesse institucional na tutela do meio ambiente. Participação em órgãos colegiados.

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL NA ÁREA DA SAÚDE - CAOSAÚDE	CH: 04
--	---------------

Ementa

Atuação do Ministério Público na Saúde Pública na promoção da tutela dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos na área da Saúde para a proteção, a recuperação e a redução do risco de doenças e outros agravos, bem como o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços públicos de Saúde, inclusive de crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e hipossuficientes. Acompanhamento permanente dos instrumentos de gestão e controle do Sistema Único de Saúde – SUS e na execução das políticas públicas de vigilância e atenção à saúde.

NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA INSTITUCIONAL – NIS E COMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL – CPSI	CH: 02
---	---------------

Ementa

Segurança institucional, aspectos normativos, riscos e prevenção. Segurança Institucional no Ministério Público brasileiro: segurança orgânica, segurança ativa, e no Estado do Tocantins. Resolução CNMP n. 156/2017, que institui a Política de Segurança Institucional e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público. Setor de Segurança e Inteligência no Ministério Público do Estado do Tocantins – Regulamentos e protocolos de acionamentos dos serviços. Atividade de Inteligência no Ministério Público brasileiro e Contraineligência. Ferramentas do NIS: Sistema Horus e Sistema Guardião (interceptação telefônica e telemática). Orientações para cadastro no Sistema SIMBA (Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias). Forense computacional: ferramentas; e Técnicas de Investigação em fontes abertas. Cartilha de Segurança Institucional. Aspectos de segurança e comunicação aos órgãos para providências, sobretudo em casos de urgência.

CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO I	CH: 03
---	---------------

Ementa

Corregedoria-Geral do Ministério Público. Deveres funcionais e éticos. Atos Regulatórios Internos. Orientação Funcional. Estágio Probatório. Considerações Gerais. Atribuições da



CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Corregedoria-Geral. Infrações disciplinares no âmbito da Corregedoria. Atos Regulatórios da Administração Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins e do Conselho Nacional do Ministério Público.

DEONTOLOGIA E MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS	CH: 03
--	---------------

Ementa

Deontologia no Ministério Público do Estado do Tocantins. A ética do Promotor de Justiça. Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins. Aspectos deontológicos do Ministério Público do Estado do Tocantins. Compromisso ético do(a) Promotor(a) de Justiça. Estudos de relatos e experiências.

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO MPTO I	CH: 03
--	---------------

Ementa

Aspectos institucionais do Ministério Público do Estado do Tocantins. Estrutura e funcionamento organizacional. Planejamento Estratégico Institucional. Aspectos organizacionais gerais do MPTO: prerrogativas deveres funcionais, independência funcional, atribuições e vedações. Estrutura e atuação do Gabinete e Diretoria de Expediente da Procuradoria Geral de Justiça. Planejamento Estratégico.

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO MPTO II	CH: 04
---	---------------

Ementa

Aspectos administrativos. Rotinas e práticas funcionais e mapeamento de processos. Relações humanas: o relacionamento intra e interpessoal. Habilidades e atitudes para um bom convívio em grupo. A comunicação nas Relações Humanas. Comunicação interpessoal. Tipos de Comunicações. Processos e elementos da comunicação. Barreiras às comunicações. Comunicação não violenta e negociação de conflitos. Comunicação Assertiva. Aspectos constitucionais e organizacionais gerais do MPTO: a prática administrativa. Atos e formulários. Setores e sua lógica de funcionamento. Aspectos administrativos. Controladoria Interna. Função. Rotinas e práticas funcionais. Aspectos constitucionais e organizacionais gerais do MPTO: a prática administrativa. Atos e formulários.

ASSOCIAÇÃO TOCANTINENSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ATMP	CH: 01
---	---------------

Ementa

Atribuições da Associação – Estrutura da Associação – Serviços oferecidos pela Associação – Garantias e Prerrogativas dos membros do Ministério Público.



CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIALIZADA EM SEGURANÇA PÚBLICA - GAESP	CH 01
--	--------------

Ementa

Corrupção Policial. Controle Externo Concentrado. Controle Externo da Atividade Policial das Polícias Militares. Grupo de Extermínio. Tortura. Execuções Sumárias e Autos de Resistências. Letalidade das ações policiais. Experiências práticas no relacionamento institucional com as polícias. Corrupção e improbidade administrativa no âmbito das polícias. Controle das investigações policiais. O MP atuando para a eficiência do trabalho policial e respeitando os direitos humanos. Investigações pelo Ministério Público de grupos de extermínio e mortes ocorridas durante ações policiais. Investigações pelo Ministério Público em casos de corrupção e de abuso em geral ocorridas no exercício de atividades policiais. Formulários padronizados de inspeção em delegacias de polícia e outras unidades policiais. O uso constitucional dos meios de interceptação: o papel do MP. Controle externo dos órgãos periciais. Autos de resistência e letalidade das ações policiais: estratégias de enfrentamento. Atuação do Ministério Público na fiscalização das políticas de segurança e aproximação com os movimentos sociais.

GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO - GAECO	CH 01
---	--------------

Ementa

Princípios e dinâmicas de funcionamento do GAECO. Atuação integrada com os(as) Promotores(as) de Justiça. Atuação com demais unidades federativas e organismos policiais do Estado. Procedimentos para solicitação de atuação suporte do GAECO. Matrizes legais do Programa de Proteção as Vítimas e Testemunhas. Competências e procedimentos.

GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL EM MEIO AMBIENTE - GAEMA	CH 01
---	--------------

Ementa

Histórico. Funções. Composição. Eixos de Atuação.

LÓGICA E LINGUAGEM JURÍDICA	CH: 02
------------------------------------	---------------

Ementa

Direito, linguagem e hermenêutica e o problema da resolutividade discursiva. Estudo, construção e resolução estratégia, narrativa e discursiva de casos jurídicos.

MINISTÉRIO PÚBLICO E IMPRENSA	CH: 02
--------------------------------------	---------------

Ementa

Atribuições, estrutura, rotinas de trabalho da Assessoria de Comunicação do MPTO. Relação da Assessoria de Comunicação com membros e servidores do MPTO. Imprensas regional e local e relacionamento com o MPTO. Aspectos teóricos e práticos da notícia,



CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

entrevista, debate, indicações para relacionamento com a mídia (radiofônica, televisiva, impressa e digital). MPTO e mídias sociais. Assessoria de Comunicação: atribuições, estrutura, rotina de trabalho/relação com membros, produtos. Imprensa regional: principais veículos de comunicação, abrangência, *dead-line* (prazos). Ministério Público e a imprensa local: quem fala pela instituição? O MPTO como fonte. Notícia: conceito, critérios e valor/quando, o quê, e como divulgar. Entrevista: quando conceder uma entrevista, tipos de entrevista (entrevista simples (repórter e entrevistado), entrevista coletiva, programa de entrevista, debate), dicas (rádio, TV, impresso e web). MPTO e as mídias sociais.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO 2º GRAU

CH: 01

Ementa

Definição. Funções. Composição das Procuradorias. Recursos aos Tribunais Superiores.

NEGOCIAÇÃO, MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO E NÚCLEO PERMANENTE DE INCENTIVO À AUTOCOMPOSIÇÃO – NUPIA

CH: 03

Ementa

Definição. Mecanismos. Atuação do Ministério Público. Técnicas. Limitações do método tradicionalmente demandista e efetividade jurisdicional. Autocomposição, acesso à justiça e o Ministério Público. Atuação extrajudicial resolutiva e ferramentas institucionais. Negócio penal e cível. NUPIA, estrutura e eixos de atuação.

OUVIDORIA

CH: 01

Ementa

Aspectos Constitucionais e Legais das Ouvidorias do Ministério Público. Atribuições das Ouvidorias dos Ministérios Públicos. Resolução n. 006/2019/CPJ. Regimento Interno da Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Tocantins.

SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO MPTO

CH: 04

Ementa

Atos nºs 71/2011 e 72/2012. Aspectos da Segurança da Informação. Funcionamento do Sistema Athenas. E-mail institucional. Férias. Patrimônio.

CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CH: 03

Ementa

Atuação da Corregedoria Nacional do Ministério Público.

ATUAÇÃO PRÁTICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO: ABORDAGEM INTRODUTÓRIA

CH: 04

Ementa

Atuação em audiências de custódia, auto de prisão em flagrante; prisões temporárias, oitivas de adolescente, audiência de apresentação de adolescente, tutelas civis de urgência (saúde, violência doméstica e medida protetiva de urgência), atendimento ao público e técnica de elaboração de denúncias.

ATUAÇÃO PRÁTICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM PROCESSO CIVIL	CH: 02
--	---------------

Ementa

Processo e procedimento. Os princípios informadores do processo.

ATUAÇÃO PRÁTICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM PROCESSO PENAL	CH: 07
--	---------------

Ementa

Processo e procedimento. Os princípios informadores do processo. Análise da ampla defesa. Inquérito policial e contraditório. Estudo de casos e procedimentos adotados.

ATUAÇÃO PRÁTICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM INFÂNCIA E JUVENTUDE – ATOS INFRACIONAIS	CH: 05
--	---------------

Ementa

Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo. Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo. Programas de Atendimento Socioeducativo em meio aberto (PSC e LA), Caracterização do atendimento integrado (NAI e Plantão Social). Aspectos da Remissão Ministerial (perdão e transação). Remissão Qualificada pelo MP. Restrições, cumulação de medidas e cumprimento. Atuação em oitiva informal de adolescente. Prazos e internação. Trabalhando com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

ATUAÇÃO PRÁTICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA SAÚDE	CH: 03
---	---------------

Ementa

Ministério Público e a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis na área da saúde. Medidas extrajudiciais e judiciais. Atividades indutoras de políticas públicas.

ATUAÇÃO PRÁTICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA TUTELA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	CH: 07
--	---------------

Ementa

Tipologias de atos de improbidade administrativa. Estudo de casos comuns no interior do Estado do Tocantins. Aspectos legais: violação do princípio da publicidade; violação do princípio da legalidade; lesão do erário; fraude à licitação; alienação ilegal de imóveis públicos; enriquecimento ilícito. Sugestões práticas para atuação.



CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ATUAÇÃO PRÁTICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA TUTELA DO MEIO AMBIENTE	CH: 06
---	---------------

Ementa

Licenciamento Ambiental. Código Florestal e proteção da vegetação. Recursos Hídricos. Responsabilidade ambiental civil. Responsabilidade ambiental administrativa. Responsabilidade ambiental penal. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Agrotóxicos.

ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA	CH: 07
--	---------------

Ementa

Ato de interlocução/de fala no cenário do tribunal do júri. Da denúncia. Das alegações. Preparação para participação no júri. Preparação em plenário. Sustentação oral. Importância dos jurados. Análise de laudos. Apreciação de depoimentos de testemunhas. Refutações. Postura em Plenário. PIC. Resoluções locais e do Conselho Nacional do Ministério Público. Casos práticos.

ATUAÇÃO PRÁTICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS	CH: 06
--	---------------

Ementa

Notícia de fato. Procedimento Preparatório. Inquérito Civil. Conclusão dos Procedimentos Administrativos. Termos de Ajustamento de Conduta. Sistema e-Ext.

CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO II	CH: 02
--	---------------

Ementa

Análise das peças processuais elaboradas pelos Promotores de Justiça Substitutos.

SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO (e-Proc e e-Ext)	CH: 07
--	---------------

Ementa

Bases legais e funcionamento do Sistema de Transmissão Eletrônica de Atos Processuais (e-Proc). Funcionalidade, movimentação do Procedimento Eletrônico Extrajudicial (e-Ext). Apresentação geral dos Sistemas. Principais ferramentas. Primeiro Acesso questões frequentes. Manejo de dados e processos.

CADEIA PÚBLICA	CH: 04
-----------------------	---------------

Ementa

Conhecimento *in loco* do funcionamento da Unidade. Contato com equipe de trabalho e visita às dependências. Observação dos itens especificados em Formulário do CNMP.

CASA DE CUSTÓDIA E PRISÃO PROVISÓRIA I	CH: 03
---	---------------

Ementa

Conhecimento *in loco* do funcionamento da Unidade. Contato com equipe de trabalho e visita às dependências. Observação dos itens especificados em Formulário do CNMP.

CASA DE CUSTÓDIA E PRISÃO PROVISÓRIA II	CH: 01
--	---------------

Ementa

Exposição e discussão de fatos levantados na visita à Casa de Custódia e Prisão Provisória.

CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (CASE) E CENTRO DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA (CEIP)	CH: 04
---	---------------

Ementa

Conhecimento *in loco* dos Centros de Atendimento Socioeducativo (CASE) e de Internação Provisória (CEIP). Contato com equipe multiprofissional, visita aos espaços de convivência, educação formal e alojamentos. Observação dos itens especificados em Formulário do CNMP.

ENTIDADE DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	CH 02
---	--------------

Ementa

Conhecimento *in loco* do funcionamento de Entidades de Acolhimento de crianças e adolescentes. Contato com equipe multiprofissional e visita às dependências. Observação dos itens especificados em Formulário do CNMP.

UNIDADE PRISIONAL FEMININA UNIDADE DE REGIME SEMI ABERTO DE PALMAS - FEMININO	CH: 03
--	---------------

Ementa

Conhecimento *in loco* do funcionamento das Unidades Prisional Feminina e do Regime Semiaberto Feminino. Contato com equipe multiprofissional e visita às dependências. Observação dos itens especificados em Formulário do CNMP.

UNIDADE DE REGIME SEMI ABERTO (URSA) MASCULINO	CH: 03
---	---------------

Ementa

Conhecimento *in loco* do funcionamento da Unidade. Contato com equipe de trabalho e visita às dependências. Observação dos itens especificados em Formulário do CNMP.



CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ATUAÇÃO PRÁTICA EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS	CH: 40
---	---------------

Ementa

Elaboração de peças processuais. Atuação prática nos plantões de finais de semana, feriados prolongados e de finais de ano. Atendimentos ao público pelo Promotor de Justiça.

ATUAÇÃO PRÁTICA EM AUDIÊNCIAS	CH: 07
--------------------------------------	---------------

Ementa

Audiência de custódia. Audiência de instrução e julgamento criminal. Apresentação de adolescente. Audiências na Vara da Infância e Juventude. Sessões plenárias realizadas por membros do Núcleo do Tribunal do Júri do MPTO - MPNUjuri.

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL – ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CESAF-ESMP)	CH: 02
---	---------------

Ementa

Histórico. Funções. Composição. Competências para desempenho de atividades de Escola de Governo. Ensino, Pesquisa, Extensão, Programa de Estágio. Publicações.

FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TOCANTINS - FUMP	CH: 02
--	---------------

Ementa

Análise da Lei Estadual Complementar n. 51/2008, criadora do Fundo de Modernização e Aperfeiçoamento do Ministério Público do Estado do Tocantins. Ato PGJ/TO n. 062/2018. Apresentação de demonstrativo de receitas e despesas do FUMP.

GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL NA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E MORALIDADE ADMINISTRATIVA - GAEP	CH: 02
---	---------------

Ementa

Histórico. Funções. Composição. Eixos de Atuação.

GRUPO DE TRABALHO PARA APOIO AO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO ELEITORAL – GT ELEITORAL	CH: 02
---	---------------

Ementa

Histórico. Funções. Composição. Eixos de atuação.

POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	CH: 02
---	---------------



CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ementa

Atuação ministerial relacionada a povos indígenas e comunidades tradicionais. Resolução n. 230/CNMP/2021.

REGISTROS PÚBLICOS

CH: 02

Ementa

Registros Públicos. Análise dos Registros Públicos diante da missão constitucional do Ministério Público, em especial levando-se em consideração a realidade sociocultural, étnica, econômica e natural do Estado do Tocantins e Estados vizinhos.